



ou imaginárias (mas não há experiência real sem dose de imaginário, e vice-versa). Este objectivo da prosa é aliás confessado em muitas novelas. Por exemplo na *Maria Adelaide* de Teixeira Gomes: «Grande foi pois a minha surpresa quando, na crise de inquietação e estonteamento provocada pelo procedimento de Maria Adelaide, me assaltou o desejo de fixar em notas as sensações mais vivas que experimentava, fossem ou não ligadas às fases da crise. Desse modo, pensava eu, talvez até consiga penetrar e explicar o estranho estado de espírito em que me encontrava, e assim fiz» (...)

A principal diferença que notamos entre o detective prosador e o detective detective é que, muitas vezes, este último descobre o mistério. Foi X, conhecido *cleptómano*, quem roubou. Descoberto o assassino: Y, o melhor amigo da vítima; móbil: o ciúme. Ponto final. Está descoberto o mistério. Arquite-se. Ao passo que o prosador nunca chega a descobrir completamente o mistério. Ao tratamento da prosa, o claro-escuro da experiência aclara-se, por um lado; por outro, ao esclarecimento corresponde um obscurecimento... Tudo fica mais nitido, é certo; claro e escuro, com uma fronteira relativamente perceptível, ainda que sfumada. Mas o mistério, sendo assim, nunca se descobre inteiramente. Adensa-se até, na zona obscura. Do inicial claro-escuro destacam-se claro e escuro com intensidades que variam na razão directa. No conhecimento empí-

de... O *Delfim* também: «Pensa na manhã e espera. Espera. Espera o sono. O sono, Sono...».

Não sabemos se estamos a ofender a ilustre corporação dos prosadores. Brecht, por exemplo, era um fervoroso admirador do romance policial. Considerava-o uma expressão adequada ao nosso «século científico». E este *Delfim*, um bom romance (é a nossa opinião, que pecará talvez por defeito) contém um romance policial na sua textura toda ela policial, pois não há prosa, como dissemos, que não seja em si mesma, independentemente do que significa, já detectivística.

Algum leitor perguntará: Que relação encontra Brecht entre o romance policial e o nosso «século científico»?

Responderemos *praticamente*, com o exemplo mais à mão, o romance policial que há no *Delfim*. Vejamos de que meios se serve o narrador para esclarecer o mistério da «última noite da Casa da Lagoa».

— A *Monografia do Termo da Gafeira*

- Monografia
- Conversas casuais
- Conversas provocadas
- Observação
- Anotação dos acontecimentos diários
- Comparação de versões
- Associações livres (que bem vistas as coisas são determinadas)
- Capacidade de aguentar o vinho, o que lhe permite, etc.

do P.º Agostinho Saraiva, conversas casuais ou provocadas, observação, anotação dos acontecimentos diários num caderno, comparação de versões, imaginação (muita imaginação), associações livres, capacidade de aguentar o vinho (o que lhe permite a obtenção de confissões), etc. Creemos não nos ter passado nenhum dos meios principais de que o narrador se serve.

Ora não é difícil convertê-los em técnicas do método experimental, concretizando assim o que Brecht quis dizer na sua. Antes de o tentarmos acrescentaremos só, rapidamente, que Brecht encontrava uma analogia de métodos entre a maneira de construir um romance policial e a investigação em Física. «O esquema de base do bom romance policial lembra a maneira de trabalhar dos físicos». (Brecht) Esquemáticamente, pode dizer-se que o investigador do romance policial observa (o cadáver, o local do crime, as reacções...), constrói uma hipótese, experimenta se ela dá boa conta dos factos observados, e induz o criminoso. Vamos à conversão.

- A sempre conveniente «história do problema»
- V. papel do acaso nas descobertas científicas
- Experimentação, provocação do fenómeno
- Observação, primeira fase do método experimental
- A anotação dos factos, na observação
- V. Stuart Mill: método das concordanças e das diferenças
- As «sortes experimentais» de Francis Bacon
- Outra vez a provocação do fenómeno

Para traçar este paralelismo, recorramos no romance policial do *Delfim* (investigação das circunstâncias da morte de D. Maria das Mercês e do criado) alguns raciocínios indutivos. Mas — frisamos — o *Delfim* contém um romance policial, não é (só) um romance policial. (Romance policial em sentido estrito. Em sentido lato toda a prosa é romance policial).

O objecto do *Delfim* — digamos objecto já que estamos a falar do método — a Gafeira, engloba a Lagoa e o seu caso. O «caso da Lagoa» é no romance apenas um objecto regional. No *Delfim* investiga-se o «caso da Gafeira», e se o «caso da Lagoa» cedo aparece no curso da investigação, constituindo desde logo um elemento importante do problema... — é isso, elemento do problema, sendo o problema a Gafeira.

A este objecto sociológico-histórico,

mações peremptórias como um dogmatismo — mesmo de céptico — mas como teses que não desenvolvemos por não ser esta a ocasião.)

Método eclético, dissemos. Acrescentamos agora: *cuja noções nucleares e guias são históricas*. Bastará, para notar a importância das categorias históricas no método composto do *Delfim*, ver quais são as preocupações de fundo do narrador, estas, se bem analisámos: *Move-se, a Gafeira? O que a faz mover?*

A Gafeira é no Cabo do Mundo. Porém aos Cabos do Mundo chegam hoje jornais, a TV, forasteiros (os caçadores — Lisboa fica a duas horas velozes no Jaguar E, 4,2 litros do Engenheiro), a indústria (a maioria da população activa da Gafeira reparte pelo campo e pela fábrica próxima a sua força de trabalho), chegam os grandes centros mundiais (Alemanha, Canadá) nas pessoas dos emigrantes em férias... TV, industrialização, emigrantes..., «factores de progresso», como diria um *modernista*. Que vai ser da Gafeira?

O narrador dá muita importância à

AO DIZEM que em cada português um polícia escondido? afirma, sob uma interrogativa, o Tomás Manuel Palma Bravo do *Delfim*, o romance Cardoso Pires.

Os diários — abonados no Dr. — que há um polícia escondido todos os homens. Aliás, civilização isso. O problema está no horário do casamento, que pode ser mais ou menos carregado, e em sabermos a ser de quem, de quê, a polícia actual, repressão e repressão, queremos di qualidades e quantidades de repressão.

Por falar de polícia: os prosadores são da espécie de detectives. O que é a sua senão — predominantemente — classificação, ordenação, decapagem, investigação da experiência?

Aquele «predominantemente» toma consideração o que na prosa há de real. No *Delfim*, por exemplo, a pala-



O "CASO DA GAFEIRA"

por José Fernandes Fafe

realiza muitas vezes uma função...
dentro do parêntesis: deixamos a suspensão a questão de saber se o... também é detective. Se o é, é-o de uma maneira diferente da do prosador). Diziamos nós que o prosador decifra, tenta decifrar, a experiência. O prosador é um homem que, tendo sofrido uma experiência, ou experiências, e sentindo-se perplexo, se resolve a esclarecer-se pelos trabalhos da prosa. Tal como o detective diligência descobrir o mistério que envolve um roubo ou um homicídio, o prosador busca descobrir o mistério das suas experiências, reais

rico-mágico-ideológico que a arte é, passa-se um fenómeno análogo, de natureza diferente mas com a mesma variação de intensidades, ao do verdadeiro conhecimento, o científico: a consciência do saber complementa-se com a de não saber. 50 por cento socrática, a consciência da ciência não só sabe como sabe que ignora.

Pormenor, e contingente, que maximizamos por domo nostra: a *Maria Adelaide* termina com reticências: «Via-lhe a cara como se estivesse ao meu lado, e sentia-lhe, acariciada pelas minhas mãos sófregas, a carne macia mas elástica do corpo rescedente de mocida-

mais amplo — Gafeira, o método indutivo-experimental seria inadequado. E com efeito não é esse o método do *Delfim*. Utilizou-se na narrativa (nem poderia deixar de utilizar-se, pois em última análise se trata de uma das operações-base do espírito humano) o pensamento indutivo. Mas o método do *Delfim* é o eclético.

(Parêntesis para desfazer um provável equívoco. Se na teoria — em qualquer teoria — o eclétismo resulta de uma impotência intelectual, na prática artística a experiência mostra-nos que ele é o mais fecundo dos métodos. Pedimos que não se interpretem estas afir-

cooperativa de 98 gafeirenses que, aproveitando-se da ausência do Engenheiro, arrematou a Lagoa. Não há dúvida que a atitude mostra um certo grau de iniciativa e de organização. Mas, qual o futuro desse ilhéu cooperativo, cercado de todos os lados pelo oceano adverso de outros modos de produção, um dos quais em fase expansionista?

A contradição principal da mini-sociedade gafeirenses reside (de acordo com as sugestões do *Delfim*) num desenvolvimento capitalista bloqueado por uma autarcia (tanto quanto possível)



O CASO DA GAFEIRA

Cont. da pág. 5

autarcia) e a expansão do capitalismo mundial que tende a rebrantar com as barreiras que se lhe opõem.

Interiorizada no Senhor Engenheiro esta contradição aparece-nos em *travesti*: Senhor (da Casa da Lagoa) e Engenheiro (de uma fábrica de celulose, quadro assalariado portanto).

Na contradição objectiva (que move a subjectiva) o segundo termo é o aspecto principal. O modo de produção capitalista infiltra-se dia a dia, cada vez mais, na Gafeira, ameaçando gravemente o poder senhorial... Não há hipótese de uma paz de compromisso?

O narrador não diz nada a respeito de uma eventual ligação salvadora do Palma Bravo com a indústria ou a banca. Por nós, cremos que não é de pôr de lado a eventualidade. O escândalo: mandam passar a esponja... Os orgulhosos preconceitos senhoriais de Tomás Manuel: a verdade é que ele já se tinha resignado ao trabalho de engenheiro na fábrica de celulose...

Estas ligações agrário-industriais (ou bancárias) estabelecem-se muitas vezes por casamento. O Tomás Manuel não tem filhos. Poderá casar segunda vez. *E ter filhos?* O narrador exprime a páginas tantas uma dúvida sobre qual dos dois, Tomás Manuel ou D. Maria das Mercês, é «maninho»...

O facto dos Palma Bravo não terem filhos, acrescido desta dúvida do narrador, trouxe à imaginação do detective que decifra o *Delfim* a hipótese das relações Domingos-D. Maria das Mercês constituírem a maneira descoberta pelo Palma Bravo de arranjar um herdeiro para o património. É uma hipótese, repetimos, embora não destituída de verosimilhança (não seria a primeira vez que se sacrificava a esposa ao património) e ademais explicativa: a ser verdade, desvanecer-se-iam as dúvidas do narrador sobre qual dos dois o «maninho».

Talvez nos tenhamos afastado. Voltemos à essência. A Gafeira move-se. Move-na as progressivas infiltrações da chamada «civilização industrial». E a cooperativa — por ela própria é como sintoma? Foco destinado a desenvol-

ver-se, ou a ser rapidamente dominado, desta ou daquela maneira? O narrador não se pronuncia. O narrador lê o presente, os possíveis presentes, mas não o futuro dos possíveis. Compósito embora, de prospectiva sociopolítica o *Delfim* não tem nada. E quanto a preferências pessoais, o narrador é muito discreto.

Para quem trabalha o narrador-detective?

Trabalha por conta própria, diz ele. Investiga por «divertimento e curiosidade» (pg. 9), tem «o vício de soletrar pessoas e casos» (pg. 353). Deixemos o «divertimento», só para não nos alongarmos.

Quem trabalha por conta própria, independente de organizações, já se sabe: é o suspeito de todos. O Engenheiro chega a desconfiar dele politicamente. Alguns críticos detectam-lhe simpatias pelo Engenheiro. E têm razão. Há notórias parecências de psicologia entre o narrador e o Engenheiro. Mas é preciso não esquecer que um escritor (o narrador é escritor) tem de utilizar a intuição *simpática* na construção, na compreensão, das personagens. E o Engenheiro é — com o narrador — a personagem central.

Voltamos à nossa: à do narrador como decifrador da Gafeira. «Decifrar é mostrar, e mostrar é já transformar» repetia Sartre nos anos 40. Transformar as consciências ao mostrar-lhes a realidade e os possíveis nela virtuais. Podemos mesmo elidir e dizer: «transformar a realidade», pois a consciência também é realidade.

Aos gafeirenses leitores do narrador compete conferir a realidade que ele apresenta e os possíveis que aponta ou sugere, corrigirem o desenho, ampliá-lo — se assim julgarem necessário. Incumbe-lhes uma leitura crítica do texto que é ele próprio uma leitura crítica da realidade gafeirenses. Aliás, não foi outra coisa o que nós fizemos, se bem com lacunas, as de que temos consciência e as outras, que são de dois tipos: a) as de que não temos consciência, por incapacidade pessoal, as quais contemporâneos nossos poderão assacar-nos; b) as de que nós *todos* não temos consciência, porque não podemos tê-la, as quais nos assacarão, na linguagem de Brecht «os que vierem depois de nós», na de Foucault «os da área cultural seguinte». (Preocupação de fundo do detective decifrador do *Delfim*: Nessa área, a cultura cultivar-se-á em benefício de todos os homens?).

Maio de 1969.

JOSÉ FERNANDES FAFE